
A construção do campo arquivístico em Santa Catarina

Janice Gonçalves
(Depto. de História - UDESC)

22 de setembro de 2008, Florianópolis, SC

O campo arquivístico em Santa Catarina

Perspectiva histórica:

Destacar aspectos da construção do campo arquivístico em Santa Catarina (ênfase nas questões referentes aos arquivos públicos).

Objetivo:

Fornecer elementos de reflexão quanto às características dessa trajetória, possibilitando que nos posicionemos em relação a permanências e rupturas (já realizadas ou a realizar).

A que conviria dar continuidade? O que conviria mudar?

O campo arquivístico em Santa Catarina

Serão destacados aspectos tratados mais detidamente na tese de doutorado (defendida em outubro de 2006):

“Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX”

(disponível para consulta em: www.teses.usp.br)

O campo arquivístico em Santa Catarina

A tese busca compreender os processos de definição e constituição, no século XX, em Santa Catarina, de dois campos profissionais e de conhecimento (o **campo historiográfico** e o **campo arquivístico**), bem como suas interações.

O conceito de campo (Bourdieu)

- **Campo como jogo de forças** (profissionais de uma dada área de atuação, instituições dessa área) distribuídas diferentemente (ocupando diferentes posições).
- No campo são travadas **disputas** e formadas **alianças** que buscam “melhorar” a posição no campo das forças em jogo.
- Os campos não existem isoladamente: estão **em relação com outros** que compõem o tecido das práticas sociais. As relações de um campo com outros indica se o campo funciona segundo suas próprias regras ou sofre as imposições de outro(s) campo(s) - indica sua **autonomia** ou **heteronomia**.

O conceito de campo (Bourdieu)

“[...] **quanto mais autônomo for um campo**, maior será o seu poder de refração e **mais as imposições externas serão transfiguradas** [...]. Inversamente, a **heteronomia de um campo** manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os **problemas exteriores**, em especial os problemas políticos, **aí se exprimem diretamente.**”

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004. p.22.

O campo arquivístico

Elementos do campo arquivístico:

- Conjuntos documentais arquivísticos;
 - Instituições custodiadoras desses conjuntos documentais;
 - Legislação;
 - Profissionais especializados e atuantes na área;
 - Instituições de ensino dedicadas à formação desses profissionais;
 - Instâncias de associação, sociabilidade e atualização profissional (associações profissionais, encontros, fóruns, publicações).
-

O campo arquivístico

Em Santa Catarina, a preocupação com o destino a ser dado à documentação arquivística pública ocupou as próprias **administrações geradoras** dos documentos e, **ao menos desde inícios do século XX, os historiadores** ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (**IHGSC**).

O Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina agradece a todas as pessoas que lhe fizerem offertas precia-
rissimas de obras impressas sobre qualquer dos ramos dos co-
nhecimentos humanos, muito especialmente sobre Historia e
Geographia do Brazil, bem como manuscritos, autogra-
phos, documentos que por sua antiguidade possam trazer-lhe
conhecimento exacto de factos e datas que interessem a historia
patria, sellos, moedas, objectos de ceramica, arte e uso com-
mum dos indigenas, objectos que tenham pertencido aos ha-
bitantes naturaes do paiz, nacionaes ou estrangeiros, productos
naturaes, mappaes, plantas, cartas geographicas, retratos e
biographias.

O Instituto compra essas mesmas obras, manuscritos e
outros objectos nem sempre mencionados, que por ventura estejam
em mãos de pessoas que as não queiram offerter; bem como
mandará tirar copias onde quer que seja preciso.



REVISTA TRIMENSAL

DO

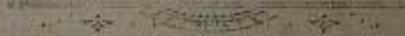
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

DE

Santa Catharina



N. 1 - VOL. I



FLORIANOPOLIS

Livraria Moderna de P. Chagal, Imune

© 1912 REPUBLICA

1912

Lucas Boiteux: escrever a história catarinense a partir de seus arquivos

“Quando comecei a coligir dados e documentos para elas [as *Notas para a história catarinense*], encontrava-me distante daqui e somente nos pontos a que minha profissão me levava conseguia fazer pesquisas em arquivos e bibliotecas. Nas poucas vezes que à nossa terra aportei, antes de publicá-las, **não havia ainda conseguido transpor**, com a relativa facilidade que hoje, graças à gentileza de vários patrícios, encontro, **os sombrios umbrais dos nossos arquivos.**”

Lucas Alexandre Boiteux (*RTIHGSC*, 3º. trim. **1918**)

*A História do IHGSC:
afeto cívico pela “pequena pátria”*

“Longe de ti, **terra querida**, eu precisava respirar uma atmosfera toda tua. E foi procurando conhecer o teu desenvolvimento histórico, que eu vivi em ti e matei as **minhas saudades**.”

Lucas Alexandre Boiteux (1912)

*A História do IHGSC:
afeto cívico pela “pequena pátria”*

“Povo generoso, bom e trabalhador, pacífico e tímido, o catarinense [...] espera confiante a **grandeza de sua terra**, dentro da comunhão brasileira, com o ânimo feliz dos que trabalham por ela, vivem e sofrem com ela, **amando-a, servindo-a, honrando-a**”.

Oswaldo Rodrigues Cabral (1937)

*A História do IHGSC:
afeto cívico pela “pequena pátria”*

“[Para ingressar no IHGSC] Não basta que o indivíduo possua comprovada cultura: condição também essencial é que tenha alma, sentimento nitidamente catarinense, porque este augusto templo é a gloriosa caserna onde se exercitam os denodados legionários da pena, que, nos prélios gigantes e memoráveis da inteligência, **hão de sempre lutar destemerosos em defesa do rico patrimônio da história de nossa terra**”.

Ildefonso Juvenal (1943)

Salvar os documentos dos arquivos

[Sobre desaparecimento de livro de vereanças]

“Deus sabe se [o livro de vereanças] não foi queimado ou despedaçado por velho e inútil, o que não é de admirar, pois crimes desta natureza - crimes sim, e de lesa-história - já foram, há anos passados, perpetrados no arquivo do Governo Estadual e na Biblioteca Pública. Eis aí uma **lição dolorosa** que nos deve trazer proveito, incitando-nos a **salvar dos arquivos, por meio da impressão**, documentos preciosos, já carcomidos pelas traças e quase inutilizados pela umidade, e que, mais dia menos dia, se perderão sem remédio”

Henrique Fontes (1913)

O preocupante estado dos arquivos

No ano de **1918**, na Revista do IHGSC, as referências ao estado dos documentos públicos são pontuais mas persistentes: fala-se

- **na sua desorganização**, nos “documentos esquecidos já em **nossos confusos arquivos**” (nota bibliográfica, provavelmente escrita por Lucas Alexandre Boiteux, *RTIHGSC*, 1918, 1o. trim.: 114);
- **nas suas lacunas**, nos “infelizmente, **já desfalcados arquivos** estadual, municipal e eclesiástico” (Lucas Boiteux, *RTIHGSC*, 1918, 3o. trim.: 327);
- **no péssimo estado de conservação**, como em relação a documento de meados do século XVIII, cuja transcrição fica incompleta pois “infelizmente, está de tal modo cortado pelas traças que é impossível ler-se” (novamente, Lucas Alexandre Boiteux - *RTIHGSC*, 1918, 4o. trim.: 450).

Publicar os documentos, antes que desapareçam

- Impotente para zelar por aquilo que deveria ser objeto dos cuidados das “autoridades” governamentais de Santa Catarina, o Instituto tentou, ao longo dos anos, seguir o que Henrique Fontes apontara em 1913: **publicar documentos importantes** mas mal-conservados em seus arquivos de origem.
 - A **publicação de documentos** de arquivos (sobretudo públicos), **na *Revista***, foi intensa no período da *Revista Trimensal* (entre 1902 e 1920); menor, mas ainda significativa nos anos 1940; e irrisória na fase posterior (a partir de 1979). Trajetória que certamente também se relaciona a mudanças no cenário arquivístico de Santa Catarina.
-

Coligir, organizar, redigir, publicar

Entre os objetivos do IHGSC, desde sua fundação na década de 1890, estavam:

“coligir, organizar, redigir e publicar todos os dados existentes e necessários para a elaboração da história e da geografia do Estado”.

Amor por Santa Catarina, respeito e orgulho pelo seu passado, interesse pelo seu presente e futuro

"Nem se pense que o Instituto, com se decorar com o nome de Histórico, quer viver só do passado e para o passado. **Não nos congregamos** só para possuir e catalogar coisas de museu nem **para só memorar glórias pretéritas**. Temos também olhos, corações e intelectos **abertos para o presente e para o futuro** e para eles é que, afinal, se dirigem as nossas iniciativas"

Henrique Fontes

(*RTIHGSC*, 1944, 1o. sem., p.164-165)

Os arquivos e a defesa dos interesses catarinenses

- No caso do Instituto, as "iniciativas" em geral traduziram-se por atividades que objetivavam **apoiar a ação governamental**.
 - Na chamada Primeira República, elas referiram-se, sobretudo, à definição e à afirmação dos **limites territoriais do Estado**, frente a questionamentos feitos tanto pelo Estado do Paraná quanto pelo Estado do Rio Grande do Sul.
-

Os arquivos e a defesa dos interesses catarinenses

- Quanto à **questão dos limites com o Paraná**, convém destacar que o governador Hercílio Luz, de Santa Catarina, encarregou **José Arthur Boiteux**, fundador do IHGSC e então seu secretário geral, de localizar, em Portugal, documentos e informações que sustentassem a posição catarinense.
 - Boiteux viajou para Portugal em dezembro de 1896 e retornou em março de 1897, tendo sua pesquisa subsidiado a *Exposição histórica e jurídica do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901), elaborada pelo conselheiro **Manoel da Silva Mafra**.
-

Os arquivos e a defesa dos interesses catarinenses

“Por felicidade **os nosso arquivos guardam**, embora maltratados pelo tempo, **os documentos indispensáveis** para a **prova cabal de nosso direito**. Corramos, pois, aos arquivos e, armados dos elementos indispensáveis, façamos face à desmedida pretensão do Estado gaúcho. [...] o nosso direito, escudado em documentos autênticos de mór valia, é histórico, honesto e incontestável.”

Lucas Alexandre Boiteux (Limites com o Rio Grande, *RTIHGSC*, 1918, 1º. trim., p.78-79 e 88)

Pequena pátria catarinense: amar, honrar, defender

- **Desde a Primeira República**, ao menos, há **preocupação com os arquivos em Santa Catarina** para além da esfera administrativa (sua má conservação, sua perda e a necessidade de impedi-la).
 - Não obstante, houve **aproximações** entre os **interessados na preservação** dos arquivos (do ponto de vista histórico) e os **interessados no suporte que poderiam dar à atuação governamental**: os arquivos foram entendidos como instrumento de garantia da **identidade catarinense** (traduzida também na **integridade territorial**: disputas territoriais com o Paraná e o Rio Grande do Sul).
-

História e Administração

- O IHGSC também esteve de alguma forma ligado à **tentativa de institucionalização do Arquivo Público, em 1918** (Lei Estadual n. 1196 de 26/09/1918). Naquela lei, a criação do Arquivo Público ficava subentendida, pois o texto legal apenas relacionava o “Arquivo Publico” entre os organismos diretamente subordinados ao Secretário do Interior e Justiça.
- Foi justamente uma das figuras de maior destaque do Instituto, **José Arthur Boiteux**, a pessoa então nomeada para exercer o cargo de **Secretário do Interior e Justiça**, (Decreto n. 1170 de 28/09/1918).
- Apesar da lei prever o Arquivo Público, os deputados estaduais não se convenceram de sua necessidade e não votaram dotação orçamentária específica, inviabilizando sua institucionalização.

Sinais de mudança: institucionalização de arquivos

Em Santa Catarina, a institucionalização de arquivos públicos ocorre apenas na segunda metade do século XX:

- Aquilo que na Revista do IHGSC da década de 1910 aparecia como **arquivo do Palácio do Governo** (ou arquivo da Secretaria de Governo do Estado, ou ainda arquivo estadual) é formalmente criado por lei como **Arquivo Público do Estado**, em 1960 (Lei no. 2.378, de 28 de junho), depois de duas tentativas frustradas (1918 e 1931).
-

Sinais de mudança: institucionalização de arquivos

- Aquilo que era identificado por arquivo do Conselho Municipal de Florianópolis passaria a ser o **Arquivo Histórico do Município de Florianópolis** apenas em **1994** (Lei municipal n. 4491 de 14 de setembro) – depois de outros arquivos (como o de Blumenau, aberto à consulta pública ao menos desde **1950**, além de outros arquivos criados por lei na **década de 1970** (Jaraguá do Sul, Joinville, Blumenau, Itajaí) e vários outros criados **principalmente a partir de 1988** (no bojo do processo de redemocratização do país).
-

Sinais de mudança: institucionalização de arquivos

- O acervo arquivístico das igrejas católicas, no âmbito do estado de Santa Catarina, viria a ser reunido, em parte, em **1949**, pela **Mitra Metropolitana** de Florianópolis, dando origem ao **Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina**.
-

Tentando constituir o campo arquivístico

“Desde os poderes constituídos da Nação, passando pelos dos Estados até aos Municípios, constata-se a **predisposição para dirigir ao lixo papéis e documentos**, sem qualquer cuidado de consulta quanto ao **valor histórico** presente ou que possam vir a adquirir.”

Jali Meirinho, relator da última sessão do I Encontro de Arquivos Catarinense (1984)

Tentando constituir o campo arquivístico

Jali Meirinho, historiador, membro do IHGSC, destacava o quanto o **descaso** dos governantes em relação aos documentos públicos era **intolerável** por não levar em conta seu **“valor histórico”**, presente ou futuro.

Foi a perspectiva da **importância dos arquivos para a História** (e da História para a formação cívica) que esteve **no horizonte** das importantes ações que, na **década de 1980**, acabariam por colocar Santa Catarina no mapa da Arquivística brasileira.

Tentando constituir o campo arquivístico: as ações da década de 1980

Entre as ações que podem ser destacadas, estão:

- a **reestruturação do Arquivo Público do Estado;**
- a promoção dos primeiros **encontros catarinenses** de arquivos;
- a criação de um **Subsistema Estadual de Arquivos e de uma política estadual de arquivos;**
- a criação de um **Curso de Especialização.**

(ações, em grande medida, encaminhadas por membros do IHGSC).

Importância de membros do IHGSC na área arquivística catarinense (anos 1980)

Destaque: Walter Fernando Piazza

- Coordenadoria de Documentação e Publicações/Secretaria de Estado da Administração
 - Decreto estadual nº. 1.444/1988 (política estadual de arquivos e Subsistema Estadual de Arquivos)
 - Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado
 - Docente do Curso de Especialização em “Organização e Administração de Arquivos”
-

Curso de Especialização

- Em **1987**, em Florianópolis, foi realizado o “**I Curso de Especialização em Organização e Administração de Arquivos**”, promovido pela **UFSC**; teria contado com 38 participantes e um corpo docente formado por professores da UFSC e da USP.
 - Funcionários do Arquivo Público do Estado, além do diretor Iaponan Soares, foram seus alunos.
-

Reestruturação do Arquivo Público do Estado

- Arquivo constituído como **local digno de pesquisa** (Iaponan Soares como diretor)
 - Ampla **divulgação na imprensa** (Iaponan Soares, Walter Piazza)
 - **Revista Ágora**
 - **Exposições**
 - **Associação de Amigos** do Arquivo Público do Estado
 - Investimentos na constituição de um **corpo técnico**
 - **Organização e disseminação** do acervo
 - **Assistência técnica** aos arquivos municipais
-

Os encontros catarinenses de arquivos

Percebidos como espaço e ocasião de intercâmbio de informações, idéias e experiências, os **encontros de arquivos** em Santa Catarina tiveram, nos **anos 1980**, preocupação mais nítida com o que seria próprio da **situação catarinense**.

Nos **anos 1990**, isso se amplia, mas os encontros tenderam a enfatizar problemas e experiências da área arquivística nas **regiões sul e sudeste do país**.

Os encontros catarinenses de arquivos

Preservação, patrimônio, memória, cidadania e identidade foram palavras recorrentes nos encontros (sobretudo até inícios dos anos 1990).

Tema constante:

o salvamento dos arquivos que, importantes e valiosos, são relegados ao abandono ou à destruição.

Walter Piazza, encontro de 1984

“Há necessidade premente que se protejam, preservando de todos os modos possíveis, **os arquivos existentes em todos os nossos 199 municípios**, dando-lhes, tanto quanto possível, locais adequados, organizando-os tecnicamente, divulgando os seus acervos, **para maior glória da nossa Terra e exaltação da nossa gente**, que tem construído a nossa História, com muito sacrifício!”

Encontros catarinenses de arquivos

A ênfase na **perspectiva “patrimonial”** estava articulada, nos encontros de 1988 e 1990, às demandas de **implantação do Sistema Estadual de Arquivos** (criado em 1988).

Neste sentido, o **Arquivo Público do Estado**, ao promover os eventos, acaba por ser instituído como **locus de coordenação das atividades arquivísticas catarinenses**, para onde deveriam convergir as informações que permitiram proceder às mudanças necessárias.

Encontros catarinenses de arquivos

Já **a partir de 2000** (ao menos no que é explicitado como conjunto de objetivos), os encontros aparecem **menos como instrumento de ações governamentais e mais como espaço de aperfeiçoamento de profissionais** especializados (destaque para o “aprimoramento técnico dos conhecimentos arquivísticos”).

O Subsistema Estadual de Arquivos

- O Subsistema, ancorado no **Decreto estadual n. 1444**, 23 de março de **1988**, que o criou, foi o principal mecanismo a apoiar uma **política estadual de arquivos**.
 - O Subsistema seria “constituído pelos **órgãos públicos estaduais e municipais**” que estivessem incumbidos das “atividades de administração, recolhimento, seleção, conservação e acesso” em relação aos documentos de arquivo.(Art.11).
-

O Subsistema Estadual de Arquivos

O Subsistema seria gerenciado através de uma triangulação feita entre:

- a **Comissão Estadual de Arquivos** (órgão consultivo e de assessoramento);
- a **Coordenadoria de Documentação e Publicações** (órgão central);
- o **Arquivo Público do Estado**: instância que abrigaria a documentação de caráter permanente e daria “proteção especial” à documentação privada de interesse público.

Administração, história e cidadania

O decreto estadual de 1988, anterior à atual Constituição e à própria lei federal de arquivos (de 1991), afirmava, de um lado, o **dever do poder público de proteger os documentos de arquivo** (“como elemento de prova e instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico”) e, de outro, o **direito dos cidadãos de consultá-los**.

Administração, história e cidadania

Grosso modo, os **anos 1990** (sob a égide da lei de arquivos de 1991) marcarão uma ênfase maior no tema da **cidadania** (a própria questão da história sendo reinterpretada no sentido do **direito à memória**).

Administração, história e cidadania

Isso é perceptível não somente nos debates registrados nos anais dos encontros catarinenses de arquivos, como também na **legislação de criação de arquivos municipais catarinenses**.

Arquivos públicos municipais

Memória-culto (1971-1986)

Arquivos de Jaraguá do Sul, Blumenau, de Joinville, de Itajaí, de São Bento do Sul, de Indaial.

[Compromisso de Brasília, 1970]

Memória-direito (a partir de 1988)

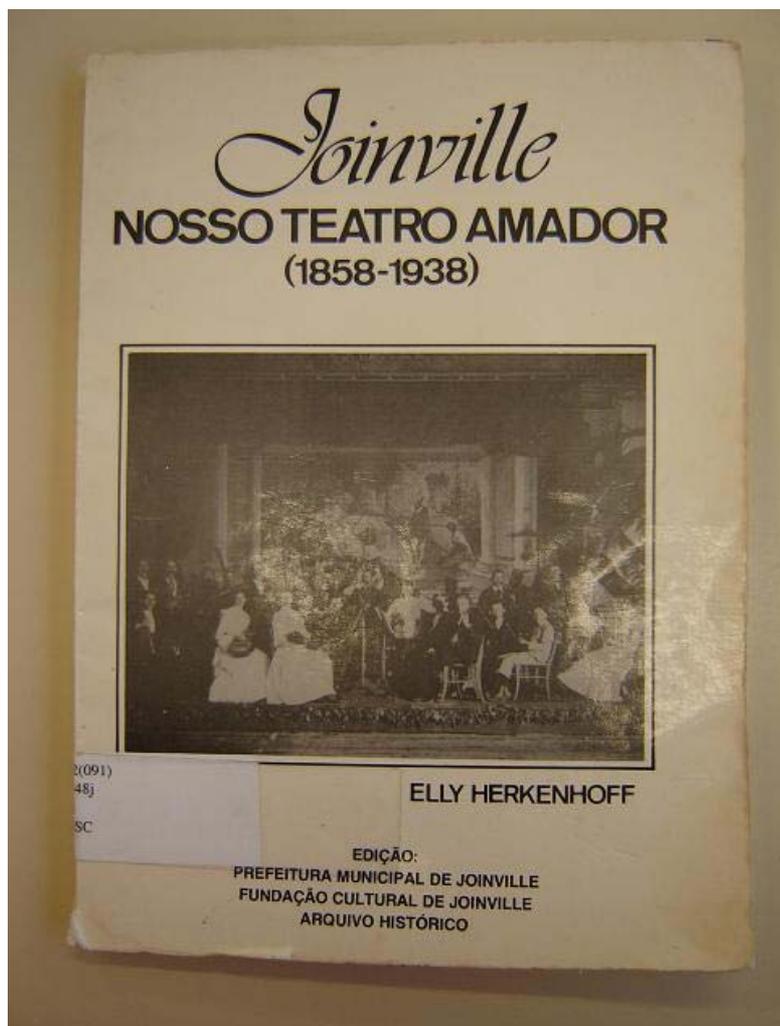
Arquivos de Ipumirim, Itaiópolis, Campos Novos, Porto União, Tubarão, Concórdia, Pinheiro Preto, Biguaçu, São José, Chapecó, Balneário Camboriú, Florianópolis, Rio do Sul.

[Constituição de 1988, Lei 8159/1991]

Compromisso de Brasília, 1970

- “[...] o **culto do Passado** é o elemento básico para a formação da consciência nacional”
- Caberia “transmitir às novas gerações e consciências o interesse pelo ambiente histórico-cultural”.

(Obs.: assinado por Carlos Humberto P. Corrêa, Oswaldo R. Cabral e Jaldir B. Faustino da Silva, como representantes catarinenses).



Arquivos e gestão documental

Sobretudo a partir dos anos 1980, as ações para instituir um lugar para a gestão documental, em um campo arquivístico em formação, tiveram como horizonte três necessidades:

➤ **Servir à Administração**

(dando suporte às atividades de governo)

➤ **Servir à História**

(preservando o que, neste sentido, fosse significativo)

➤ **Servir ao exercício da cidadania**

(possibilitando aos cidadãos o exercício de direitos, inclusive os direitos à informação e à memória).

O lugar da História

O lugar da História se modifica: vista de início como primordial (inclusive para a administração pública, a exemplo das disputas territoriais, uma vez que era chave do civismo), **ela passa a se articular, nos anos 1990,** através do direito à memória, **ao conjunto maior de direitos vinculados ao exercício da cidadania.**

(indício de autonomia do campo arquivístico em relação ao campo historiográfico?)



DECRETO Nº 661 / 95 ..

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO ARQUIVO
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando
da competência privada do Art. 74, Inciso III, da Lei Orgânica do Município,

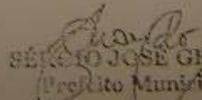
DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do
Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, que acompanha o
presente Decreto.

Art. 2º - As despesas para implantação e manutenção
do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis correrão à conta de
dotações próprias consignadas no Orçamento do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua
publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 25 SET 1995


SÉRGIO JOSÉ GRANDÓ
Prefeito Municipal

FRANCISCO JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

O lugar da Cidadania, ao lado do da Administração

O tema do XII Encontro Catarinense de Arquivos, em 2007, é sintomático das mudanças observadas na área (e incorporadas às discussões travadas em Santa Catarina): **“A importância da gestão de documentos para a administração e para a cidadania”**.

Porém...

- O **fim da euforia democrática dos anos 1980**;
 - O clima generalizado de descrédito em relação à política, principalmente a partir de meados dos anos 1990;
 - As **transformações no debate historiográfico** (que puseram sob suspeição os documentos públicos de arquivo, tidos como tendentes à produção de uma “história oficial”);
 - A **obsessão pela memória**, que é cada vez mais contemplada por uma “coisificação do passado” (um passado a ser rapidamente registrado, reproduzido, tratado e consumido);
- são fatores, contudo, que fragilizaram o mote “arquivos para a cidadania”.*
-

O campo arquivístico em Santa Catarina

Conjuntos documentais arquivísticos:

- No que tange aos documentos arquivísticos públicos, são muito **poucos** os conjuntos documentais abrigados em **arquivos institucionalizados** (não chegam a trinta). A onda de leis de criação dos anos 1980-1990 não foi renovada.
 - Há mesmo **documentação pública** abrigada em entidade privada atualmente **sujeita à venda e à dispersão**, estando o **acesso público a ela já inviabilizado** (caso atual do Museu Thiago de Castro, em Lages, SC)
-

O campo arquivístico em Santa Catarina

Instituições custodiadoras de conjuntos arquivísticos:

- No que tange aos documentos arquivísticos públicos, **mesmo as instituições supostamente consolidadas têm dificuldades de lidar com suas vocações simultâneas** (apoio à administração, apoio ao exercício da cidadania, aí incluídos o direito à informação e o direito à memória):
 - *Arquivos sem sede própria* (Arquivo Público do Estado!);
 - *Arquivos que não conseguem implementar gestão documental*, apesar de possuir legislação voltada para ela (Arquivo de Florianópolis);
 - *Arquivos que permanecem exclusivamente como “laboratórios de História”* (Blumenau, Joinville)

O campo arquivístico em Santa Catarina

Legislação:

- O Decreto estadual nº. 1.444/1988 foi modificado pelo **Decreto estadual n. 3.585/2005**, relativo ao “Sistema Administrativo de Gestão Documental” (sistema apenas integrado pelos órgãos componentes da administração estadual, direta e indireta). Com isso, revogou-se parcialmente o “Subsistema de Arquivos do Estado”. Permanecem, porém algumas inconsistências presentes no decreto de 1988.
- Decreto estadual nº. 1.444/1988, Art. 1º.: os arquivos públicos são caracterizados como “inalienáveis e imprescritíveis”, imprecisão que, seguida à risca, inviabilizaria procedimentos de avaliação e seleção (previstos no Art. 3º) e conseqüente eliminação de documentos.

O campo arquivístico em Santa Catarina

Profissionais especializados e atuantes na área:

- *Grosso modo*, os profissionais atuantes na área, em Santa Catarina, são de **diferentes formações** (Biblioteconomia, História, Administração), buscando geralmente preparo específico na área arquivística por meio de **oficinas e cursos de extensão ou cursos de especialização** (realizados em Santa Catarina ou em outras unidades da federação).
-

O campo arquivístico em Santa Catarina

Profissionais especializados e atuantes na área:

- Os percursos de instituições como os arquivos de Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis sugerem que a **fragilidade do campo arquivístico** tentou ser contrabalançada com uma aproximação em relação ao **campo historiográfico**.
 - Com frequência, porém, a **presença dos historiadores nos arquivos** tendeu a **fortalecer apenas uma de suas vocações** – a de *locus* de produção e disseminação do conhecimento histórico – através da própria constituição dos acervos, de sua organização, de sua disseminação por meio de exposições, publicações e outras atividades de “difusão cultural”.
-

O campo arquivístico em Santa Catarina

Instâncias de associação, sociabilidade e atualização profissional:

- **Inexiste uma associação de arquivistas de Santa Catarina.** Há associações de amigos de instituições arquivísticas específicas (Arquivo Público do Estado, Arquivo de Blumenau) e há entidades profissionais que se preocupam com questões arquivísticas (bibliotecários, profissionais de História). Em 1985, chegou a ser criada a Associação Catarinense de Arquivos e Museus, mas não teve continuidade.
-

a c a m

associação catarinense
de arquivos e museus

I ENCONTRO ESTADUAL DE ARQUIVOS,
MUSEUS E ENTIDADES DE
PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS DE
SANTA CATARINA

convite

Blumenau

30 e 31 de março de 1985

O campo arquivístico em Santa Catarina

- Os **encontros catarinenses de arquivos**, mantidos a cada dois anos (até 2004, pois o seguinte foi realizado em 2007), tiveram, nos anos mais recentes, pouca participação efetiva de instituições arquivísticas catarinenses, principalmente no que se refere aos arquivos públicos municipais (ausência especial dos “consolidados”).
 - **Publicações institucionais têm pouca penetração e, de forma geral, periodicidade irregular** (exceção de mérito: “Blumenau em Cadernos”).
-

O campo arquivístico em Santa Catarina

Instituições de ensino dedicadas à formação desses profissionais:

- Nas universidades, as questões arquivísticas encontram lugar em cursos de Biblioteconomia, mas **inexiste curso específico de Graduação**, apesar de ser uma reivindicação de vários anos (a demanda foi explicitada, como moção, no Encontro Catarinense de Arquivos de 1996).
-

O campo arquivístico em Santa Catarina

Qual o grau de autonomia do campo arquivístico, em Santa Catarina, atualmente?

O campo arquivístico em Santa Catarina e a criação de um curso de Graduação em Arquivologia

Desafios:

- **Contribuir para o fortalecimento do campo (sua autonomia), dando consistência aos debates e à atuação de profissionais nas instituições e entidades que custodiam documentos arquivísticos em Santa Catarina (formação de profissionais, realização e disseminação da produção científica na área, promoção regular de espaços e momentos de discussão e troca intelectual de profissionais da área).**
 - **Não obstante a profissionalização (e a busca de autonomização), manter o campo aberto à contribuição de profissionais de áreas afins.**
-

A construção do campo arquivístico em Santa Catarina

Janice Gonçalves
(Depto. de História - UDESC)

22 de setembro de 2008, Florianópolis, SC





Seminário

- A Comissão do Projeto Político Pedagógico de Criação do Curso em Arquivologia promove na segunda-feira, **22/9**, um seminário para discutir a implantação de uma graduação neste campo na UFSC. O encontro será realizado no **auditório do Centro de Convivência**. Os organizadores são professores do Departamento de Ciência da Informação e atuam em consonância com o projeto Reuni do Governo Federal.

- **Programação:**

- 8h, credenciamento
- 8h30min, solenidade de abertura
- 9h30min, palestra com o professor José Maria Jardim, da Universidade Federal Fluminense, sobre **“A situação do ensino da arquivologia no Brasil”**.
- 11h, palestra com Ana Maria Soares, que fala sobre **“Arquivo público do Estado: expectativa e horizontes da arquivologia em Santa Catarina”**.
- 14h, professora Janice Gonçalves da Udesc fala sobre a **“Construção do campo arquivístico em Santa Catarina”**.
- 16h, encerramento com a mesa-redonda “Ensino da arquivologia em Santa Catarina”, tendo como participantes os professores Janice Gonçalves, José Maria Jardim e a arquivista Ana Maria Soares.